STJ00080420

Sumário

Prefácio xv

Nota Introdutória à Quarta Edição xvii

Introdução xix

1ª **PARTE**
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS

Capítulo I – Princípios Informadores dos Juizados Especiais Cíveis.. 3
1. O microssistema dos Juizados Especiais Cíveis 3
2. Os princípios informativos do processo nos Juizados Especiais.. 6
2.1. Princípio da oralidade 8
2.1.1. Prevalência da palavra falada sobre a escrita 8
2.1.2. Concentração dos atos processuais em audiência 10
2.1.3. Imediatidade entre o juiz e a fonte da prova oral 11
2.1.4. Identidade física do juiz 12
2.1.5. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias 14
2.2. Princípio da informalidade ou simplicidade 16
2.3. Princípio da economia processual 18
2.4. Princípio da celeridade 19
2.5. Busca da autocomposição 20

Capítulo II – Competência dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais . 23
3. O caráter opcional dos Juizados Especiais Cíveis 23
4. A competência dos Juizados Especiais Cíveis: causas cíveis de menor complexidade e pequenas causas 27
4.1. Competência dos Juizados Especiais Cíveis para pequenas causas 28
4.1.1. As pequenas causas de grande complexidade 30
4.1.2. A opção pelos Juizados Especiais Cíveis e a transformação das grandes causas em pequenas causas 31
4.2. Competência dos Juizados Especiais Cíveis para causas cíveis de menor complexidade 33
4.3. A competência dos Juizados Especiais Cíveis para a execução 34
4.3.1. A competência dos Juizados Especiais Cíveis para a execução de seus julgados 35

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.3.2. A competência dos Juizados Especiais Cíveis para a execução de títulos extrajudiciais 38
4.4. A competência territorial dos Juizados Especiais Cíveis 39
4.5. A declaração de incompetência dos Juizados Especiais Cíveis e suas conseqüências 42

Capítulo III – Os Sujeitos do Processo nos Juizados Especiais Cíveis.. 45
5. O Estado-juiz 45
5.1. O juiz 46
5.2. O juiz leigo e o conciliador 52
6. As partes 54
6.1. As partes da demanda 55
6.2. A capacidade postulatória das partes – o advogado 61
6.3. Pluralidade de partes no processo dos Juizados Especiais Cíveis 64

Capítulo IV – Atos Processuais nos Juizados Especiais Cíveis 75
7. A forma dos atos processuais no microssistema dos Juizados Especiais Cíveis 75
7.1. Tempo dos atos processuais praticados nos Juizados Especiais Cíveis 75
7.2. Lugar dos atos processuais praticados nos Juizados Especiais Cíveis 76
7.3. Modo de prática dos atos processuais nos Juizados Especiais Cíveis 77
8. A invalidade dos atos processuais no microssistema dos Juizados Especiais Cíveis 79

Capítulo V – O Procedimento Sumariíssimo 81
9. O procedimento sumariíssimo: denominação e estrutura 81
10. A demanda 83
11. A instauração do processo nos Juizados Especiais Cíveis 90
12. Citação e intimações 93
13. Sessão de conciliação 97
14. O juízo arbitral no processo dos Juizados Especiais Cíveis 99
15. A audiência de instrução e julgamento 101
15.1. O procedimento da audiência de instrução e julgamento .. 101
15.2. A resposta do demandado 103
15.2.1. A revelia do demandado nos Juizados Especiais Cíveis 106
15.3. A instrução probatória 108
15.3.1. Os meios de prova admissíveis nos Juizados Especiais Cíveis 109

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

15.3.2. Procedimento de produção das provas nos Juizados Especiais Cíveis 111
15.3.3. Prova oral 113
15.3.4. Prova pericial 115
15.3.5. Inspeção judicial 117

Capítulo VI – Sentença 119
16. Elementos essenciais da sentença proferida nos Juizados Especiais Cíveis 119
17. Sentença e projeto de sentença 123
18. Casos especiais de sentença terminativa no microssistema processual dos Juizados Especiais Cíveis 125
18.1. Extinção do processo por ausência do demandante a qualquer das audiências do processo 126
18.2. Inadmissibilidade do procedimento sumariíssimo 127
18.3. Incompetência territorial do Juizado Especial Cível 130
18.4. Superveniência da impossibilidade da presença da parte . 131
18.5. Demora na sucessão processual de alguma das partes da demanda 132

Capítulo VII – Recursos e Outros Meios de Impugnação das Decisões Judiciais nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais 135
19. Os meios de impugnação das decisões judiciais nos Juizados Especiais Cíveis estaduais 135
19.1. Recursos 136
19.1.1. O recurso contra sentença (apelação?) 137
19.1.2. Embargos de declaração 146
19.1.3. Recurso extraordinário 150
19.1.4. O não-cabimento de agravo, embargos infringentes e recurso especial 151
19.2. As demandas autônomas de impugnação 156
19.2.1. A proibição do ajuizamento de "ação rescisória" 157
19.2.2. O mandado de segurança contra ato judicial 160
19.2.3. Embargos de terceiro 163
19.2.4. *Querella nullitatis* 164

Capítulo VIII – Execução Forçada 169
20. A execução nos Juizados Especiais Cíveis estaduais 169
20.1. A execução das sentenças proferidas nos Juizados Especiais Cíveis estaduais 171
20.1.1. A execução para entrega de coisa fundada em sentença 173

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

20.1.2. A execução das obrigações de fazer e de não fazer fundada em sentença 175
20.1.3. Execução por quantia certa fundada em sentença ... 177
20.2. A execução fundada em títulos executivos extrajudiciais nos Juizados Especiais Cíveis estaduais 182
20.3. A defesa do executado nos Juizados Especiais Cíveis estaduais: impugnação à execução e embargos do executado. 183
20.3.1. Impugnação à execução fundada em sentença 184
20.3.2. Embargos à execução fundada em título extrajudicial. 185

Capítulo IX – Tutela de Urgência nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais 187
21. A tutela de urgência nos Juizados Especiais Cíveis estaduais: considerações gerais 187
21.1. Tutela cautelar nos Juizados Especiais Cíveis estaduais ... 189
21.2. Antecipação de tutela nos Juizados Especiais Cíveis estaduais 190

Capítulo X – Custo Econômico do Processo nos Juizados Especiais Cíveis 193
22. Gratuidade em primeiro grau de jurisdição 193
23. O preparo dos recursos e o custo do processo em segundo grau de jurisdição 196
24. O custo econômico da execução 197

2ª PARTE
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS FEDERAIS

Capítulo XI – Os Juizados Especiais Federais – Considerações Gerais. 203
25. A criação dos Juizados Especiais Cíveis federais 203
26. Aplicação subsidiária da Lei nº 9.099/95 aos Juizados Especiais Cíveis federais 204

Capítulo XII – Competência dos Juizados Especiais Cíveis Federais. 207
27. Os Juizados Especiais Cíveis federais como Juizados Federais de Pequenas Causas 207
27.1. Limitação da competência dos Juizados Especiais Cíveis federais às causas previdenciárias 209
28. Pequenas causas de grande complexidade 210
29. Competência absoluta dos Juizados Especiais Cíveis federais: inconstitucionalidade do art. 3º, § 3º, da Lei nº 10.259/01 211

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

30. Competência concorrente entre Juizado Especial Cível Federal e Juízo Estadual investido de jurisdição federal 213

Capítulo XIII – Partes e Advogados nos Juizados Especiais Cíveis Federais 215
31. O demandante nos Juizados Especiais Cíveis federais 215
32. O demandado nos Juizados Especiais Cíveis federais 216
32.1. A inexistência de benefício de prazo em favor da Fazenda Pública nos Juizados Especiais Cíveis Federais 219
33. O advogado e a representação processual das entidades públicas federais 221

Capítulo XIV – Atos Processuais e sua Comunicação nos Juizados Especiais Cíveis Federais 225
34. Petições, citações e intimações 225
34.1. A comunicação eletrônica dos atos processuais 228
34.2. Petição eletrônica e autos virtuais 229

Capítulo XV – O Procedimento Sumariíssimo 231
35. Procedimento por audiências 231
36. A busca da autocomposição nos Juizados Especiais Cíveis Federais 234
37. O dever de produzir prova da entidade pública federal 236
38. A prova pericial nos Juizados Especiais Cíveis Federais 240

Capítulo XVI – O Processo dos Juizados Especiais Cíveis Federais em Grau de Recurso 243
39. A inexistência de reexame necessário 243
40. Apelação e embargos de declaração 244
41. O agravo 244
42. O pedido de uniformização da interpretação da lei federal 245
43. Um caso de inconstitucionalidade na Lei nº 10.259/01: o recurso especial disfarçado de pedido de uniformização da interpretação da lei federal 249
44. O recurso extraordinário 250

Capítulo XVII – Execução de Sentença nos Juizados Especiais Cíveis Federais 253
45. A execução das obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa . 253
46. A execução por quantia certa contra a entidade pública federal.. 255
46.1. A requisição de pagamento 255
46.1.1. O alcance da dispensa de precatório 257
46.2. O descumprimento da requisição de pagamento 259
46.3. O pagamento por precatório 260

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo XVIII – Tutela de Urgência nos Juizados Especiais Cíveis Federais 263
47. Tutela cautelar 263
48. Tutela antecipada 266

Anexo – Anteprojeto do Estatuto dos Juizados Especiais Cíveis 269

Referências Bibliográficas 287

Índice Remissivo 289

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br